



# O ECONOMISTA

Publicação do Conselho Regional de Economia 7ª Região / CORECON - SC

**Edição comemorativa - XVI CBE**

## É hora de colher os frutos...



Foi um sucesso! A expressão de contentamento estampada nos rostos dos participantes do XVI Congresso Brasileiro de Economistas reafirmava a qualidade do evento que encerrou no dia 07 de outubro, sexta-feira, com a 581ª Sessão Plenária do COFECON.

Durante os quatro dias em que o Congresso foi realizado, os mais de 1200 participantes puderam participar dos grandes painéis e palestras de alto nível, proferidas por profissionais de peso do cenário econômico nacional, bem como mini-cursos e apresentações de trabalhos científicos que discutiram temas como Reforma Tributária; O Papel das Finanças Públicas no Crescimento Econômico Brasileiro; Mudanças nas Diretrizes Curriculares; Financiamento e Infra-Estrutura Econômica; dentre outros.

A sessão solene de abertura (noite de terça-feira, 04/10) foi prestigiada por diversas autoridades, dentre elas, o vice-presidente da República, José Alencar; o governador do Estado de Santa Catarina, Luis Henrique da Silveira;

o presidente do tribunal de contas, Otávio Gilson dos Santos e o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Lúcio José Botelho que presenciaram o discurso do presidente do COFECON, Sidney Pascoutto que pôs de pé todos os presentes no auditório do Centro de Cultura e Eventos da UFSC. Nos dias que sucederam o evento, economistas de renome como João Sicsú, Fernando Pedrão, Leda Maria Paulani, Wilson Cano, Paulo Nogueira Batista Júnior, Rosa Maria Marques, Cristóvão Buarque e Gustavo Loyola se revesaram na apresentação de painéis e palestras.

Superando todas as expectativas dos organizadores do evento, o XVI CBE teve participação recorde com profissionais e alunos de economia de todo o país, com destaque para a delegação do Pará e de outros estados do Norte e Nordeste, além da presença da delegação do nosso vizinho Paraguai fazendo com que material extra fosse providenciado a fim de atender a todos.

Ainda, durante o encontro, o ex-conselheiro do COFECON, o Econ. João Paulo de Almeida Magalhães foi homenageado com a medalha Personalidade Econômica do Ano e também foi entregue o XII Prêmio Brasil de Economia que tem por objetivo incentivar a investigação econômica em geral e estimular economistas e estudantes a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira.



## Índice

pág.

<i>É hora de colher os frutos...</i>	01
<i>Palavra do Presidente</i>	02
<i>Aconteceu no Congresso</i>	02
<i>Economia precisa ser pensada a longo prazo, dizem economistas - Carta de Florianópolis</i>	03
<i>Diretrizes Curriculares</i>	04
<i>Economista, exerce seu direito de voto!</i>	04

Promovido pelo COFECON e realizado pelo Conselho Regional de Santa Catarina (CORECON/SC), Sindicato dos Economistas e Ordem dos Economistas de Santa Catarina, o XVI CBE foi avaliado de forma extremamente positiva pelo presidente do CORECON/SC, Pedro Moreira Filho e pelo conselheiro efetivo do COFECON por Santa Catarina, Nelson Castello Branco Nappi que ressaltam a importância da Carta de Florianópolis (ver pág. 03), documento redigido ao final do Congresso por uma comissão composta pelos economistas Marco Antônio Sandoval e Ronaldo Rangel (conselheiros efetivos do COFECON), além dos economistas Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães e Décio Garcia Munhoz.



# Palavra do Presidente



Prezados economistas,

O XVI Congresso Brasileiro de Economistas realizado pela primeira vez em Santa Catarina no período de 04 à 07 do corrente mês, foi sucesso absoluto de público, organização e temática, conforme a avaliação dos participantes, da imprensa escrita, falada e televisionada e, dos membros do sistema COFECON/CORECON.

Planejado a partir de 2003 quando reivindicamos em Brasília/DF sua realização em Florianópolis, trabalhamos incansavelmente através das diversas comissões de nível federal e regional, tivemos a participação intensa de conselheiros e funcionários do CORECON/SC para realizar um congresso que ficasse a altura da economia e dos economistas de Santa Catarina.

A primeira batalha foi caracterizada pela viabilização econômico-financeira que a partir de um orçamento elaborado em parceria com a empresa Masterprom, contratada para administrar o evento, exigiu de todos um constante empenho, com seguidas visitas aos diversos gabinetes de entidades públicas e privadas em busca

dos recursos necessários para viabilizar os compromissos que haveríamos de assumir durante todo o período.

A definição do tema (Políticas Públicas e Desenvolvimento: A armadilha do endividamento externo e interno) pensado a mais de um ano, teve enfoque atual para o debate, chamando a atenção dos presentes e da imprensa, para ouvir das autoridades, palestrantes e professores, o "por que" da extensão da dívida pública brasileira, a influência da alta taxa SELIC, o crescimento do superávit primário e o volume dos juros da dívida pública que este ano deverá alcançar R\$ 150 bilhões. Outro ponto alto do congresso foi a sistemática dos debates, com a proposta de dois palestrantes e dois debatedores em forma de ponto e contraponto, onde não prevaleceu uma única visão sobre o tema debatido.

O XVI CBE teve uma participação recorde de 1217 inscrições, com participantes de todos os Conselhos Regionais de Economia do Brasil, da diretoria e conselheiros do COFECON, de estudantes do país e do exterior e, contou ainda com a presença, na sessão solene de abertura, dos Excelentíssimos Senhores José Alencar - Vice-Presidente da República e Luiz Henrique da Silveira - Governador de Santa Catarina, entre outras autoridades.

Estamos conscientes do dever cumprido, todos ganhamos, a cidade, o estado, os economistas de Santa Catarina que souberam recepcionar a todos que aqui conviveram durante a realização do congresso.

Somos um conselho pequeno, mas nosso poder de trabalho e mobilização foi muito grande, por isso agradecemos a todos aqueles que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste excelente evento.

Muito obrigado,

*Pedro Moreira Filho*  
Presidente CORECON-SC

## Expediente

### O ECONOMISTA

Informativo Bimestral do Conselho Regional de Economia / 7ª Região - Santa Catarina  
Rua Trajano, 265 12º andar - Centro  
CEP: 88.010-010 | Florianópolis/SC  
Fone: (48) 3222-1979 Site: [www.corecon-sc.org.br](http://www.corecon-sc.org.br)  
E-mail: contato@corecon-sc.org.br

### DIRETORIA

Presidente  
Pedro moreira Filho

Vice- Presidente  
Márcio Paulo Ribeiro

### CONSELHEIROS EFETIVOS

Antônio Carlos Vieira  
Charles Schneider  
Hamilton Peluso  
Horst Schroeder  
Márcio Paulo Ribeiro  
Maximo Pôrto Seleme  
Nelson Pamplona da Rosa\*  
Paulo Roberto Polli Lobo  
Pedro Moreira Filho  
Valery Maineri Konig

### CONSELHEIROS SUPLENTES

Alex Onaci Moreira Fabrin  
Arlete Arlinda Jochen  
Lauro Schmitz  
Marcos Felippe  
Marcos Moisés Pompílio  
Marly Célia Souza de Carvalho  
João Rogério Sanson  
José Georges Chraim

\*licenciado

### Conselheiro do COFECON

Nelson Castello Branco Nappi

Redação: Marta Paulina

Impressão: Gráfica Rocha

Fotos: CORECON/SC

Arte e Diagramação

**Wmidia - soluções criativas**

[www.wmidia.com.br](http://www.wmidia.com.br) (48) 3234-6503

Revisão: Liane Salete

Tiragem: 2.000 exemplares

Durante o XVI Congresso Brasileiro de Economistas aconteceram alguns eventos que merecem uma atenção especial.

Além das palestras do senador da república e ex-ministro da Educação **Cristóvão Buarque** e do ex-presidente do Banco Central **Gustavo Loyola** destacamos a entrega do **Prêmio Catarinense de Economia** e a assinatura do convênio CORECON/SC BRDE para a realização do **1º Prêmio Catarinense de Desenvolvimento-SC 2005/2006** que objetiva incentivar a investigação e a produção de trabalhos técnico-econômicos.

Para os interessados no prêmio, o regulamento encontra-se disponível no site do Conselho Regional de Economia/SC.

Visite: [www.corecon-sc.org.br](http://www.corecon-sc.org.br)

Alguns artigos foram editados em virtude da diagramação.  
Para ler os artigos na íntegra, acesse o nosso site.

# Economia precisa ser pensada a longo prazo, dizem economistas

Carta de Florianópolis critica a política de juros altos e diz que país deveria estar crescendo 7% ao ano. O XVI Congresso Brasileiro de Economistas encerrou sexta-feira 07 de outubro, pela manhã, na Capital, com o lançamento da **Carta de Florianópolis**, documento que questiona a eficácia da atual política econômica e conclama a população a eleger em 2006 “representantes que tenham projetos de longo prazo para o Brasil, capazes de resgatar a tradição histórica de crescimento acelerado, agora em associação com a redução das desigualdades pessoais e regionais de renda”. O evento registrou público recorde de 1,2 mil congressistas. O próximo encontro nacional dos economistas será em 2007, em Porto Seguro-BA.

## **Carta de Florianópolis**

### **“Necessidade de uma visão de longo prazo para a economia brasileira”**

Em 2005, o Brasil completa 25 anos de semi-estagnação, com sério risco de estar renunciando à sua vocação histórica para o pleno desenvolvimento, decorrente de sua grande população, extenso território, abundância de recursos naturais e capacidade empresarial. O país corre o risco de perder a visão de longo prazo, traduzida em grande projeto nacional de eliminação do seu atraso econômico. A condução e avaliação da política econômica baseiam-se em uma perspectiva estritamente de curto prazo.

Presentemente se afirma que a economia vai bem porque, apesar da crise política, a dívida pública continua sob controle, a inflação está em baixa e as exportações crescem rapidamente. No entanto, estimativas indicam que o país não terá uma taxa média anual de crescimento do PIB no período 2003-2006, superior à taxa média registrada nas duas últimas décadas e meia.

Nem se leva em conta o fato de que o próprio crescimento de nossas vendas externas, usualmente apresentado pelo governo como o principal sucesso de sua política econômica, ocorre principalmente nas “commodities” agrícolas e industriais, segmentos de lento crescimento de longo prazo no mercado mundial e de baixo valor adicionado por trabalhador. E, portanto, o setor exportador, apesar de sua grande importância, é incapaz isoladamente de proporcionar ao país o dinamismo econômico de longo prazo.

Na verdade, para que seja considerada satisfatória a situação da economia brasileira, o país deveria estar crescendo a 7% ao ano, resultado que registrou no passado durante 30 anos. Vale destacar que essa taxa é atualmente igualada ou superada por países em condições inferiores às nossas, em termos de disponibilidade de recursos naturais, população e território.

Os bons resultados das políticas econômicas da Índia e China, países de dimensões continentais como o Brasil, são avaliados em termos de nível médio do incremento do PIB e não somente dos equilíbrios de curto prazo, nas esferas cambial, fiscal e monetária. Estes são considerados em função de sua capacidade de influenciar, positiva ou negativamente, o crescimento do PIB e o processo de desenvolvimento. Na avaliação do resultado da política econômica brasileira, idêntico critério deve ser observado, juntamente com a redução da desigualdade social.

A presente visão “curtoprazista” da política econômica brasileira resulta nas políticas fiscal e monetária fortemente restritivas, com os objetivos de atrair o capital estrangeiro e controlar a inflação. Essas políticas são impeditivas do crescimento acelerado e sustentado da economia brasileira, ressaltando-se especialmente a nocividade dos altos juros vigentes.

Os debates e análises ocorridos no XVI Congresso Brasileiro de Economistas, realizado em Florianópolis, concluíram pela urgente necessidade de recuperar a visão de longo prazo na formulação e implementação de políticas econômicas para o país. Esse fato vem sendo reconhecido em recentes trabalhos individuais e coletivos recém-publicados, que apontam os meios e modos de recolocar o país em uma trajetória de crescimento acelerado. No mesmo sentido, instituições especializadas, inclusive o próprio Sistema COFECON/CORECONS, vêm explorando as condições e instrumentos a serem utilizados em políticas de longo prazo para o Brasil.

Os economistas estão cumprindo sua missão. No entanto, para que os resultados pretendidos sejam alcançados, é indispensável que suas propostas e sugestões sejam apoiadas pelo Poder Público. Nesse contexto, as eleições de 2006 se revestem de grande importância. É fundamental que, no exercício de sua cidadania, os eleitores brasileiros escolham representantes que tenham propostas de projetos de longo prazo para o Brasil, capazes de resgatar nossa tradição histórica de crescimento acelerado, agora em associação com a redução das desigualdades pessoais e regionais de renda.

Florianópolis, 8 de Outubro de 2005.

XVI Congresso Brasileiro de Economistas

# Diretrizes Curriculares

Currículo, em sentido restrito, pode ser definido como o “conjunto das matérias de um curso escolar”. A primeira vista parece muito simples, o que não justificaria tantos anos de discussões e lutas empreendidos. Mas quando se faz uma leitura mais minuciosa da questão, observa-se que essa luta não se resume na definição específica de algumas matérias com seus respectivos conteúdos. Está na pauta a preocupação com a formação acadêmica que se visualiza como ideal para o economista, e isto não se limita a mera transferência de conteúdos e informações, pois esta é de fácil acesso, considerando as novas tecnologias utilizadas para este fim.



A transformação da idéia em ação, registrada em forma de proposta e agora aprovada pelo CNE, exigiu muito trabalho e seriedade. Para assumir esta mudança, é necessário competência, responsabilidade e compromisso com tudo aquilo que se buscou quando se definiram as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Economia.

O esforço despendido para melhorar a condição desta formação, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantiu a convergência de opções para as áreas de formação do curso. Amplia-se desta maneira a definição restrita de currículo, o que por sua vez, define parâmetros de atuação, independente das características regionais deste imenso país.

A implementação de disciplinas integralizadoras dentro deste enfoque multidisciplinar permite melhorar as condições de ensino, pesquisa e extensão, respeitando a flexibilização tão discutida e já prevista na Resolução CFE 11, de 26/6/84.

A preocupação com as transformações ocorridas no cenário sócio-econômico e político, contempladas nos debates que nortearam a elaboração das Diretrizes Curriculares, deve ser considerada pelas Instituições de Ensino Superior - IES vinculando seus conteúdos aos problemas reais, visando à formação teórico-prática dos indivíduos, garantindo com as reformas curriculares, o padrão de qualidade que se espera nesse nível de formação.

A expectativa criada em torno do assunto enquanto proposta a ser aprovada, só cresce agora com a sua aprovação no CNE. Se, ficam definidos os parâmetros de atuação, o desafio está na implementação e adequação a esse novo momento. As dúvidas serão muitas e um desafio se configura no “horizonte” do ensino de Economia no Brasil.

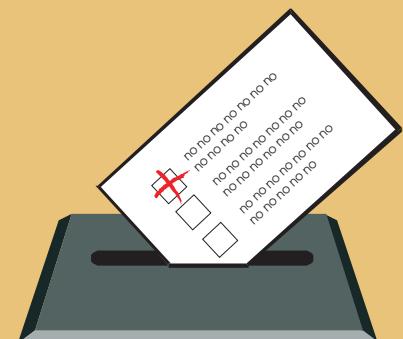
Porém, neste momento, com um norte definido, o êxito será alcançado pela aplicação gradual desta reforma proposta, assim que for homologada. E mais uma vez, as entidades representativas são chamadas a participar efetivamente do debate, apresentando soluções de curto prazo que facilitem essa implementação, permitindo que finalmente se alcancem os benefícios e a qualidade nos cursos de graduação, almejados por todas as IES.

Econ. Marly Célia Souza de Carvalho  
Professora FURB

## Economista, exerça seu direito de voto!

O Conselho Regional de Economia 7ª Região/SC vem a público comunicar que estará realizando no dia 25 de outubro de 2005, até às 17:00 horas, em sua sede, as eleições para renovação do Segundo Terço dos membros deste Conselho, Presidente, Vice-Presidente, bem como de Delegado-Eleitor junto ao Colégio Eleitoral do COFECON, com mandato para o período de 2006 a 2008. Terão direito de voto os economistas que estiverem em dia com o pagamento de suas obrigações perante o Órgão, os demais só poderão votar com a regularização dos débitos pendentes.

Confira as chapas concorrentes a esta eleição e vote consciente:



CHAPA 1 – VALORIZAÇÃO DO ECONOMISTA		CHAPA 2 – RENOVAR E INTEGRAR	
Presidente PEDRO MOREIRA FILHO	Vice-Presidente VALERY MAINERI KÖNIG	Presidente JOÃO RANDOLFO PONTES	Vice-Presidente PEDRO VITALI
<b>Conselheiros Efetivos</b> JOÃO ROGÉRIO SANSON MAXIMO PÔRTO SELEME VALERY MAINERI KÖNIG	<b>Conselheiros Suplentes</b> RAFAEL COSTA DA SILVA ROSE IRENE SOUZA NEVES RALF MARCOS EHMKE	<b>Conselheiros Efetivos</b> ADRIANO LIMA MEDEIROS JOÃO RANDOLFO PONTES PEDRO VITALI	<b>Conselheiros Suplentes</b> ANTÔNIO JOSE DE CARVALHO ADIR ALCIDES DE OLIVEIRA JOÃO JOSÉ LUZ LOSSO
<b>Delegado Eleitor Titular</b> PAULO ROBERTO POLLÌ LOBO	<b>Delegado Eleitor Suplente</b> MARLY CÉLIA S. DE CARVALHO	<b>Delegado Eleitor Titular</b> RICARDO BAYER BATTISTOTTI	<b>Delegado Eleitor Suplente</b> CARLOS TRAMONTIN